

## DESBRAVANDO CAMINHOS: A FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROFESSORES DE ESPANHOL

Anselmo Guimarães<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo aborda a fundação da Associação Brasileira de Professores de Espanhol (APES) em 1959 e seu impacto no ensino de espanhol no Brasil. O estudo analisa, com base em documentos jornalísticos da época, como as atividades da APES contribuíram para a educação na disciplina. Utilizando uma metodologia de análise histórica e documental, o artigo contextualiza a fundação da APES no cenário educacional brasileiro dos anos 1950. O referencial teórico apoia-se no Ciclo de Políticas (Ball, 1994) e nos conceitos de André Chervel (1990) sobre a história das disciplinas escolares. A inclusão do espanhol no currículo escolar, oficializada em 1919 e consolidada na década de 1940 pela Reforma Capanema, enfrentou vários desafios. A fundação da APES foi um marco significativo, promovendo o ensino de espanhol. Os resultados mostram que a APES foi importante para a implementação de políticas educacionais, adaptando diretrizes culturais às necessidades dos professores de espanhol.

**Palavras-chave:** Associação Brasileira de Professores de Espanhol (APES); Políticas educacionais; História das disciplinas escolares.

**Resumen:** Este artículo aborda la fundación de la Asociación Brasileña de Profesores de Español (APES) en 1959 y su impacto en la enseñanza del español en Brasil. El estudio analiza, basado en documentos periodísticos de la época, cómo las actividades de la APES contribuyeron a la educación en la disciplina. Utilizando una metodología de análisis histórico y documental, el artículo contextualiza la fundación de la APES en el escenario educativo brasileño de los años 1950. El marco teórico se apoya en el Ciclo de Políticas (Ball, 1994) y en los conceptos de André Chervel (1990) sobre la historia de las disciplinas escolares. La inclusión del español en el currículo escolar, oficializada en 1919 y consolidada en la década de 1940 por la Reforma Capanema, enfrentó varios desafíos. La fundación de la APES fue un hito significativo, promoviendo la enseñanza del español. Los resultados muestran que la APES fue importante para la implementación de políticas educativas, adaptando directrices culturales a las necesidades de los profesores de español.

**Palabras clave:** Enseñanza del español en Brasil; Asociación Brasileña de Profesores de Español (APES); Políticas educativas; História de las disciplinas escolares.

---

<sup>1</sup> Possui doutorado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2018). Atualmente é professor titular da Faculdade Pio Décimo. E-mail: [anselmo.guima@gmail.com](mailto:anselmo.guima@gmail.com).

## 1. Introdução

Guimarães (2016) apresenta um estudo detalhado da história do ensino de espanhol no Brasil no período de 1870 a 1961. Segundo o autor, o ensino de conteúdos de espanhol, tanto da língua quanto das literaturas espanholas e hispano-americanas, foi introduzido no Brasil a partir de 1870. Inicialmente, a inclusão das literaturas espanholas no currículo ocorreu com a reforma dos regulamentos do Colégio Pedro II, um dos principais estabelecimentos de ensino secundário da época. Essa reforma tinha como objetivo incorporar o ensino das literaturas universais, como parte da formação cultural dos alunos que se preparavam para ocupar posições de destaque no Império. A matéria de história da literatura, ministrada no sétimo ano, representou a gênese da disciplina de literaturas espanholas e hispano-americanas.

Ao longo do tempo, tanto a literatura espanhola, introduzida em 1870, quanto a língua espanhola, oficialmente iniciada em 1919 no Colégio Pedro II, percorreram uma longa trajetória de desenvolvimento no ensino secundário brasileiro. Esses conteúdos foram acumulados e moldados conforme as necessidades de cada época, começando a se consolidarem como uma disciplina estratégica nos anos 1940. A partir dessa década, o ensino do espanhol tornou-se politicamente relevante, socialmente necessário para concursos e exames vestibulares, e culturalmente enriquecedor, proporcionando acesso aos grandes escritores e poetas de língua espanhola e hispano-americana. Este processo culminou em uma estrutura educacional que refletia as finalidades políticas, sociais e culturais de integração do Brasil com os países hispano-americanos.

Diversas obras marcaram essa trajetória. Por exemplo, *Grammatica da lingua espanhola para uso dos brasileiros* de Antenor Nascentes (1920), considerada a primeira gramática de espanhol publicada no Brasil, e o *Manual de espanhol* de Idel Becker (1945), que teve diversas edições ao longo dos anos, são referências fundamentais. No entanto, essas obras não foram as únicas a serem publicadas. Segundo as pesquisas de Guimarães (2019), entre 1943 e 1961 houve a publicação de dezenas de livros didáticos destinados ao ensino de espanhol e suas literaturas no ensino secundário brasileiro.

Pesquisas de Freitas (2010, 2011) e Guimarães (2016, 2019) trouxeram à tona importantes documentos históricos, revelando iniciativas anteriores ao marco de 1919, como anúncios de aulas de espanhol no século XIX e legislação educacional que incluíam o espanhol em instituições militares e comerciais. Esses estudos demonstram que o ensino de espanhol no Brasil não se restringiu ao ensino secundário, mas também esteve presente em outras esferas educacionais, ampliando a compreensão sobre a trajetória e a disseminação do espanhol no país.

As pesquisas recentes sobre o ensino de espanhol no Brasil até 1961 contribuem para confirmar que esse período foi de crescente institucionalização e expansão dessa disciplina. Durante as décadas de 1940 e 1950, o ensino de espanhol foi influenciado pelas políticas educativas nacionais, como a Reforma da Educação Secundária de 1942, que incluiu o espanhol no currículo das escolas secundárias, a exemplo da obra organizada por Pinho (2021). As pesquisas divulgadas no livro organizado por Barros, Marins-Costa e Freitas (2020) destacam que o uso e a produção de livros didáticos de espanhol traçaram uma trajetória marcada por avanços e retrocessos, mas estabeleceram uma base significativa para a educação linguística no Brasil. Adicionalmente, a história do ensino de espanhol no Colégio Pedro II mostra um desenvolvimento crítico, onde a inclusão do espanhol em 1919 como um gesto político evoluiu para uma disciplina respeitada e obrigatória durante a Reforma Capanema (Pinho, 2021).

A análise de Vargens (2012) sobre os discursos produzidos pela Associação de Professores de Espanhol do Estado do Rio de Janeiro (APEERJ) identifica embates sobre políticas de implantação do ensino de espanhol. Em seu “Capítulo 2: Condições históricas de surgimento da Associação de Professores de Espanhol do Estado do Rio de Janeiro”, ela trata das condições históricas que viabilizaram a fundação da APEERJ. Vargens analisa o surgimento da APEERJ como a primeira associação de professores de espanhol no Brasil, dentro do panorama político e educacional dos anos 1980, ressaltando como as mudanças sociais e políticas daquele período contribuíram para a organização dos professores de espanhol e a promoção do ensino da língua. No entanto, é importante notar que, apesar das afirmações de Vargens (2012) e de outras pesquisas publicadas, como Paraquett (2008, 2009) e Ortíz Alvarez (2018), a primeira associação de professores de espanhol no Brasil foi fundada em 1959, a Associação Brasileira de Professores de Espanhol (APES). Este estudo visa dar visibilidade a esse fato histórico, fornecendo uma análise da fundação da APES em 1959, utilizando documentos de jornais da época para contextualizar e compreender as motivações, objetivos e impactos dessa pioneira iniciativa no cenário educacional brasileiro.

A pesquisa aqui apresentada é significativa, pois oferece uma análise inédita da criação da primeira associação de professores de espanhol no país, utilizando documentos históricos. Este estudo não apenas preenche lacunas na historiografia do ensino de espanhol, mas também ilumina as dinâmicas educacionais e políticas que moldaram o desenvolvimento da disciplina no Brasil. Ao examinar os objetivos, metas, atividades e impactos iniciais da associação, a pesquisa evidencia a importância das associações profissionais na promoção de práticas pedagógicas e na formação de identidades profissionais entre os educadores. Além disso, ao contextualizar historicamente a fundação da associação, este es-

tudo contribui para uma compreensão mais profunda das interações culturais e linguísticas entre o Brasil e os países hispanófonos. Assim, esta pesquisa oferece subsídios para futuras investigações, destacando a importância de resgatar e valorizar a memória histórica do ensino da língua espanhola no Brasil.

Este estudo adotou uma abordagem histórico-documental para analisar a fundação da APES e suas implicações para o ensino do espanhol no Brasil. A pesquisa utilizou o Ciclo de Políticas de Stephen Ball como marco teórico, permitindo uma análise crítica do contexto de prática nas políticas educacionais brasileiras voltadas para a integração cultural com os países hispano-americanos. A coleta de dados baseou-se em fontes primárias, como jornais da época, registros oficiais e publicações acadêmicas, complementadas por uma revisão bibliográfica de obras relevantes sobre a história do ensino de espanhol no Brasil.

No início do século XX, os jornais desempenharam um papel importante na disseminação de ideias e opiniões sobre as reformas educacionais e o ensino no Brasil. Eles eram o principal meio de comunicação de massa, responsável por informar o público e gerar debates sobre políticas educacionais, mudanças curriculares e questões pedagógicas. Através de artigos, editoriais e colunas de opinião, os jornais traziam à tona discussões importantes sobre o sistema educacional brasileiro, muitas vezes sem a identificação dos autores, refletindo uma ampla gama de perspectivas. Este contexto de intensa atividade jornalística contribuiu para moldar a opinião pública e influenciar as decisões políticas relacionadas à educação no país.

Para compreender melhor as dinâmicas envolvidas na inclusão do espanhol no ensino brasileiro e a fundação da APES, é útil considerar tanto o Ciclo de Políticas de Stephen Ball quanto os conceitos de André Chervel sobre a história das disciplinas escolares. Segundo Ball (1994), as políticas educacionais apresentam cinco contextos: Contexto das Influências, Contexto da Produção de Textos, Contexto de Prática, Contexto dos Resultados e Contexto de Estratégia. No Contexto da Prática, onde as políticas escritas são colocadas em práticas, os atores envolvidos reinterpretem as políticas com base em suas próprias percepções e necessidades. Complementando essa perspectiva, Chervel (1990) argumenta que a história das disciplinas escolares não se limita à transmissão de conhecimentos; elas são entidades com uma organização própria e finalidades que vão além dos conteúdos explícitos, disciplinando o espírito e oferecendo métodos e regras para o aprendizado. A análise histórica de Chervel revela como as disciplinas são moldadas não apenas por decretos oficiais, mas também pelas práticas cotidianas e finalidades implícitas dentro das instituições educacionais. Essas duas abordagens teóricas permitem uma compreensão das complexas interações entre políticas educacionais e a prática pedagógica no desenvolvimento do ensino de

espanhol no Brasil.

O objetivo geral deste estudo é apresentar e analisar informações inéditas sobre a criação da primeira associação de professores de espanhol no Brasil, baseadas em documentos de jornais da década de 1950. Para alcançar esse objetivo, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: analisar os objetivos e metas da associação na sua fundação; examinar as primeiras atividades e realizações da associação, incluindo eventos, reuniões e projetos iniciais, além de considerar as contribuições dessa descoberta para a memória histórica e para futuras pesquisas na área de educação e linguística.

A análise do histórico do ensino de espanhol no Brasil revela uma trajetória marcada por avanços e retrocessos, influenciada por políticas educacionais que nem sempre foram plenamente implementadas conforme suas intenções originais. Desde a tentativa inicial de inclusão como disciplina facultativa em 1919, até a consolidação com a Reforma Capanema de 1942, o ensino de espanhol enfrentou desafios significativos. A resistência administrativa, a falta de recursos e a percepção de sobrecarga curricular são exemplos de barreiras que dificultaram a valorização do espanhol no currículo escolar. A trajetória do ensino de espanhol no Brasil destaca a complexidade da implementação de políticas educacionais e a necessidade de um alinhamento efetivo entre as intenções políticas e sua aplicação prática, conforme ilustrado pelo Ciclo de Políticas de Stephen Ball.

## **2. Breve Histórico do Ensino de Espanhol no Brasil**

A inclusão do espanhol no currículo do ensino secundário brasileiro começou a tomar forma oficialmente em 1919, com a abertura de um concurso para a cadeira de espanhol no Colégio Pedro II. Este movimento foi parte de uma resposta ao impulso americanista, que visava estreitar os laços culturais e educacionais com os países hispano-americanos (Guimarães, 2016). A introdução do espanhol no ensino secundário foi formalizada pela Lei nº 3.674, de 7 de janeiro de 1919, que aumentou a subvenção necessária para a criação da disciplina. Este contexto histórico demonstra que o ensino da língua espanhola foi considerado estratégico como uma ferramenta política para fomentar a integração regional (Guimarães, 2016). No entanto, como a disciplina foi implantada como facultativa, não houve a adesão esperada dos alunos, resultando na exclusão da disciplina em 1925.

Antenor Nascente, primeiro professor de espanhol do Colégio Pedro II, iniciou suas atividades em 1920, sendo transferido para a cadeira de português em 1927. Em 1952, em um discurso proferido em 23 de setembro no salão nobre do Externato do Colégio Pedro II por ocasião do recebimento do título de professor emérito, Nascentes (1952) relatou que:

Seis anos lecionei espanhol.

A cadeira era facultativa, o que lhe trazia certa condição de inferioridade.

Tinha os piores horários, numa ou noutra casa: os alunos não compravam o Quixote para os indispensáveis exercícios de aula; não havia exames; pouco adiantava a nota.

Anunciando-se mais uma reforma de ensino, dirigi-me ao Ministro, o Dr. João Luiz Alves, e pedi-lhe a obrigatoriedade da cadeira.

Ele me respondeu que já achava o curso secundário muito sobrecarregado; não iria, pois, aumentar esta sobrecarga.

Resignei-me. Que podia eu fazer?

Aguardei os acontecimentos.

Tempos depois, desempenhei a contento uma comissão de que o mesmo Ministro me encarregara. Nada recebi, nem nada pedi. Nas vésperas da reforma o Ministro mandou chamar-me e me declarou que, embora não pudesse atender ao meu pedido, queria contentar-me com outra solução. Desdobraria a cadeira de português ou a de latim, à minha vontade.

Preferi a de português, para a qual fui transferido em 1927. (Nascentes, 1952).

A fala do professor Antenor Nascentes, proferida em 1952, revela as dificuldades e as limitações enfrentadas pelo ensino de espanhol no Brasil durante os anos em que a disciplina foi ofertada. Nascentes menciona que a cadeira de espanhol era facultativa, o que conferia a ela uma posição de inferioridade em relação a outras disciplinas obrigatórias. A falta de estrutura e ausência de exames, evidenciava um cenário desafiador para a efetiva implantação e valorização do ensino de espanhol. Nascentes, em seu relato, também aponta a resistência administrativa enfrentada ao solicitar a obrigatoriedade da disciplina, ilustrando a visão conservadora e a sobrecarga do currículo educacional da época (Nascentes, 1952).

Essa narrativa histórica de dificuldades encontra eco nas teorias educacionais contemporâneas. À luz do Ciclo de Políticas de Stephen Ball, a experiência de Nascentes pode ser vista como um exemplo claro de como as políticas educacionais são interpretadas e implementadas na prática, muitas vezes de maneiras que divergem das intenções originais. A formulação da política educacional na época priorizava a manutenção de um currículo tradicional, com um foco limitado nas línguas estrangeiras estabelecidas, como o inglês e o francês. A resistência do Ministro João Luiz Alves em sobrecarregar o currículo com a inclusão obrigatória do espanhol reflete uma interpretação prática que visava evitar a complexidade adicional no sistema educacional. A adaptação oferecida ao professor Nascentes, transferindo-o para a cadeira de português, ilustra a fase de reformulação na prática, onde soluções paliativas foram implementadas (Ball, 1994).

Adicionalmente, a análise dos eventos históricos também revela um des-

compasso entre as finalidades reais e as finalidades de objetivo, conforme descrito por Chervel (1990). Enquanto a estipulação oficial visava a inclusão do espanhol como uma disciplina relevante para fortalecer os laços culturais com os países hispano-americanos, a implementação prática enfrentou barreiras significativas. A decisão de manter o espanhol como facultativo e a subsequente exclusão da disciplina em 1925 refletem uma realidade onde as intenções políticas não foram plenamente realizadas. Isso evidencia a importância de compreender como as políticas educacionais são reinterpretadas e modificadas pelos atores envolvidos no processo educacional, desde os legisladores até os professores. A história do ensino de espanhol no Brasil, marcada por avanços e retrocessos, demonstra a complexidade de integrar uma nova disciplina em um sistema educacional já consolidado e sobrecarregado, destacando a necessidade de adaptações contínuas e reflexões críticas sobre as práticas e políticas educacionais.

Esse cenário começou a mudar durante a década de 1940, um período marcado pela Segunda Guerra Mundial e por uma forte onda de americanismo que permeou as Américas. As políticas de integração militar e comercial emergiram como estratégias cruciais, refletindo a necessidade de maior aproximação entre os países do continente (Guimarães, 2016). Foi nesse contexto que a Reforma Capanema, promovida pelo então ministro Gustavo Capanema em 1942, se destacou como um marco fundamental na história educacional brasileira. Nessa reforma ensino do espanhol foi inserido como disciplina obrigatória pela primeira vez, instituída pelo Decreto-Lei 4.244, de 9 de abril de 1942.

Essa reforma reorganizou o ensino secundário promovendo significativas mudanças no currículo do ensino secundário, não apenas reconhecendo a importância do espanhol por sua riqueza cultural e literária, mas também por sua relevância geopolítica, dada a proximidade e as relações com os países vizinhos da América Latina. O impacto dessa inclusão foi profundo, resultando na publicação de diversos compêndios e materiais didáticos que ajudaram a sistematizar e expandir o ensino do espanhol no Brasil. Esse período também viu um aumento na oferta de cursos de formação para professores, visando garantir que o ensino da língua fosse realizado de maneira eficaz e de qualidade (Guimarães, 2016).

Capanema justificou a inclusão do espanhol no ensino secundário brasileiro afirmando que:

Além de ser uma língua de antiga e vigorosa cultura e de grande riqueza bibliográfica para todas as modalidades de estudos modernos, é o espanhol a língua nacional do maior número dos países americanos. Adotá-lo no nosso ensino secundário, estudá-lo, não pela rama e autodidaticamente, mas de modo metódico e seguro, é um passo a mais que damos para a nossa maior e mais íntima vinculação espiritual com as nações irmãs do continente (Brasil, 1942).

Essa visão sublinhava a importância do espanhol como um veículo de integração cultural e educacional com os países hispano-americanos, reforçando os laços culturais e políticos entre o Brasil e seus vizinhos de língua espanhola. Ao adotar essa política, o Brasil procurava posicionar-se como um país alinhado com o restante do continente, promovendo uma maior coesão cultural e política. A implementação dessa política linguística refletia uma estratégia mais ampla de política externa, onde o ensino do espanhol era visto como um instrumento para a diplomacia cultural e a cooperação internacional. Esse movimento também indicava uma mudança significativa na postura do Brasil em relação ao ensino de línguas estrangeiras, reconhecendo a relevância do espanhol ao lado de outras línguas já estabelecidas no currículo.

Em fevereiro de 1943, foi publicado o programa de espanhol para os cursos clássico e científico, instituído pela Portaria 127, do Ministro de Estado da Educação e Saúde, que estabeleceu que seriam ensinadas a língua espanhola e as literaturas espanhola e hispano-americanas (Brasil, 1943). Esse programa era dividido em quatro partes principais: leitura, gramática, história literária e outros exercícios, cada uma desenhada para proporcionar uma formação abrangente.

Para a implantação do ensino do espanhol, além dos antecedentes já mencionados, a abertura de cursos superiores para a formação de professores de línguas neolatinas foi importante para que a língua espanhola pudesse se consolidar como disciplina escolar. Diversas instituições de ensino superior em todo o Brasil abriram cursos de Letras Neolatinas, incluindo o espanhol, contribuindo para a formação de professores qualificados. Por exemplo, a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil iniciou seu curso de Letras Neolatinas em 1941. Nesse mesmo ano começaram a funcionar “os cursos de Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Germânicas da Universidade Federal da Bahia (Pinto, 2023, p. 165). A Universidade Federal da Paraíba iniciou seu curso de Línguas Neolatinas em 1949. Outros cursos de Letras Neolatinas foram criados em cidades como Belo Horizonte, Curitiba, Aracaju e Bauru durante as décadas de 1940 e 1950, fortalecendo ainda mais a estrutura educacional necessária para o ensino do espanhol no Brasil. A publicação de compêndios e materiais didáticos, bem como a regulamentação do registro de professores de espanhol, também desempenharam um papel crucial na consolidação da disciplina (Guimarães, 2016).

A análise histórica do ensino de espanhol no Brasil evidencia um percurso cheio de desafios e transformações. Desde a tentativa inicial de inclusão como disciplina facultativa no Colégio Pedro II, até a consolidação com a Reforma Capanema, a trajetória do espanhol no currículo brasileiro reflete tanto as dificuldades enfrentadas quanto as estratégias adotadas para sua implementação. A resistência administrativa, a falta de recursos e a percepção de sobrecarga cur-



ricular foram barreiras significativas. Essa trajetória sublinha a importância de uma análise crítica e contínua das práticas e políticas educacionais, conforme ilustrado pelo Ciclo de Políticas de Stephen Ball, e destaca a necessidade de alinhamento entre as intenções políticas e suas implementações práticas para promover uma educação inclusiva e integradora.

### **3. APES 1959: Marco Histórico no Ensino de Espanhol no Brasil**

A fundação da Associação Brasileira de Professores de Espanhol (APES) em 1959 representa um marco significativo na história do ensino de espanhol no Brasil. Para compreender plenamente a importância desta associação, é essencial contextualizar o desenvolvimento das primeiras associações de professores no país e as iniciativas pioneiras para a inclusão do espanhol no currículo escolar brasileiro. Este tópico abordará, inicialmente, o surgimento das associações de professores no Brasil, seguido pela evolução das políticas educacionais que culminaram na formação da APES.

As primeiras décadas do século XX pode ser considerado um período importante para o surgimento das primeiras associações de professores no Brasil. Entre 1901 e 1931, foram fundadas as seguintes associações: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1901); Confederação do Professorado Brasileiro (1926); Centro do Professorado Primário de Pernambuco (1929); Centro do Professorado Paulista (1930) e Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais (1931) (Reses, 2008).

Segundo Reses (2008), a década de 1940 marcou o início de uma aceleração na formação de novas associações no Brasil, culminando na diversidade de congressos de professores promovidos pelas recentes associações durante a década de 1950, inspirados pelo método do professor Paulo Freire. Nesse contexto, a Associação Brasileira de Professores de Espanhol (APES) começou a ser gestada. A crescente demanda por uma educação mais abrangente refletiu-se na necessidade de criar organizações que pudessem apoiar os educadores e promover o desenvolvimento profissional contínuo.

As primeiras iniciativas para o ensino do espanhol no Brasil enfrentaram diversos desafios, tanto logísticos quanto culturais. A implementação do espanhol como disciplina obrigatória nas escolas secundárias, promovida pela Reforma Capanema, foi um passo significativo para aproximar o Brasil dos países hispano-americanos. No entanto, a falta de professores qualificados para lecionar a nova disciplina se tornou um grande obstáculo. Um artigo do jornal Diário da Noite de 07 de março de 1943 destaca que, como o espanhol era uma matéria inédita tanto em colégios públicos quanto nos particulares, a possível solução seria a mobilização de professores de outras cadeiras para ensinar a nova disciplina.

Essa abordagem, embora prática, não garantiria a qualidade do ensino, pois esses professores não possuiriam o domínio necessário da língua e as metodologias específicas de ensino do espanhol (Diário de Notícias, 1943).

Além da falta de professores qualificados, a legislação educacional exigia que os docentes obtivessem um registro específico para lecionar, comprovando pelo menos dois anos de experiência na disciplina. Este requisito criou um paradoxo, uma vez que não havia profissionais com a experiência necessária para atender a essa demanda, devido à novidade da disciplina no currículo escolar brasileiro. A situação exigia soluções criativas e flexíveis por parte do Ministério da Educação para garantir que a inclusão do espanhol não comprometesse a qualidade do ensino. O artigo sugere que o MEC encontrasse uma solução de modo a não prejudicar os alunos. (Diário de Notícias, 1943)

Apesar desses desafios, as barreiras começaram a ser superadas com a criação de programas de formação de professores e a produção de livros didáticos específicos para o ensino do espanhol. O esforço conjunto de instituições como o Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica e a colaboração entre diferentes órgãos governamentais ajudaram a consolidar o espanhol como uma disciplina relevante no sistema educacional brasileiro. Esses esforços refletem a importância de um planejamento cuidadoso e de medidas de apoio para que as reformas educacionais alcancem seus objetivos, promovendo uma educação de qualidade que responda às necessidades e realidades do país.

No Rio de Janeiro, em 1950, com menos de dez anos de ensino de espanhol nos colégios brasileiros, e provavelmente inspirada nas trajetórias das associações em atividade na época, surgiu a ideia de criar uma associação que congregasse os professores de espanhol do Brasil, “quando um grupo de professores e alunos da Faculdade Nacional de Filosofia transformou o seu seminário permanente de Espanhol em Centro Brasileiro de Estudos Hispânicos”, segundo Lisboa em entrevista para o jornal Diário de Notícias publicado no dia 24 de maio de 1959 (Diário de Notícias, 1959). No entanto, as ações efetivas para a fundação de uma associação só tiveram início em 1958. O Centro Brasileiro de Estudos Hispânicos (CBEH) visava promover a cultura espanhola e fortalecer a formação de professores de espanhol. Inicialmente, focou sua atuação basicamente nos alunos de Letras Neolatinas da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), promovendo a cultura espanhola dentro dos currículos do curso.

O jornal *A Manhã* do dia 17 de janeiro de 1951 destacava um “Curso de Férias no Conselho Nacional de Geografia” que estaria ocorrendo na FNFi. Segundo o jornal a programação daquele dia era:

Geografia - Geografia das Comunicações - Moacyr Silva,  
Hidrografia - Magnólia Lima. Interpretação de fotografias aé-

reas - Antonio Teixeira Guerra. História - História Antiga e Medieval - Jayme Coelho, História Moderna e Contemporânea - Antero Manhães. Português - Literatura Brasileira - Jorge de Lima. Língua Portuguesa - Jesus Belo Galvão. **Espanhol - Língua Espanhola - Hélcio Martins. Literatura Espanho-Americana - Bella K. Joseff.** Didática geral (para todos os cursos) - Irene de Carvalho. (A Manhã, 1951, grifo nosso).

Dado o contexto do curso de férias promovido pela FNFi em colaboração com o Conselho Nacional de Geografia em janeiro de 1951, noticiado pelo jornal A Manhã, e considerando a participação dos professores Hélcio Martins e Bella K. Joseff, que eram docentes da FNFi onde se desenvolviam as atividades do Centro Brasileiro de Estudos Hispânicos (CBEH), presidido por José Carlos Lisboa, podemos inferir que o CBEH estava envolvido diretamente buscando o fortalecimento das redes acadêmicas na promoção do ensino de espanhol no Brasil.

A inclusão de Hélcio Martins e Bella K. Joseff como professores nas áreas de Língua Espanhola e Literatura Hispano-Americana respectivamente, durante o curso de férias, evidencia a interconexão e a colaboração entre os membros do corpo docente da faculdade. A presença de ambos os professores em um evento de tamanha importância sugere um esforço conjunto para promover a cultura e a língua espanhola, alinhando-se com os objetivos do CBEH. Este fato é um reflexo claro da estratégia de integração cultural que José Carlos Lisboa defendia, mostrando que a atuação do CBEH não estava isolada, mas integrada a um movimento mais amplo de valorização do hispanismo dentro da academia brasileira.

Outro ponto a considerar é a possível influência do CBEH nas políticas educacionais da época. A colaboração de seus membros em cursos e eventos significativos, como o curso de férias de 1951, pode ter ajudado a moldar a percepção sobre a importância do espanhol no Brasil, influenciando decisões políticas e educacionais subsequentes. Esta atuação proativa e integrada do CBEH e seus membros na promoção do ensino do espanhol exemplifica a dinâmica descrita por Stephen Ball em seu Ciclo de Políticas, onde as políticas são continuamente reinterpretadas e reformuladas pelos diversos atores envolvidos no processo educacional. O trabalho conjunto desses professores em eventos educacionais pode ter contribuído para reforçar a visão de que o ensino do espanhol era essencial para a integração cultural e política com a Espanha e os países hispano-americanos.

Nos anos seguintes, o CBEH organizou diversas atividades culturais para o desenvolvimento do hispanismo no Rio de Janeiro. Em abril de 1952, promoveu uma conferência sobre Gil Vicente, tendo como palestrante a professora Cleonice Berardinelli, realizada no salão nobre da FNFi (Correio da Manhã; Diário de

Notícias, 1952). Em 1953, na solenidade de posse da nova diretoria, foi apresentada a elegia de Federico Garcia Lorca, “Llanto por la muerte de Ignacio Sánchez Mejía”, com a participação de alunos (nove recitantes e sessenta no coro) do curso de Letras Neolatinas da FNFi. O texto foi adaptado pelo professor Lisboa, que era o presidente do centro à época. Estava prevista na solenidade a participação do embaixador da Espanha, Marquês de Prat de Nantouillet, professores e pessoas do meio cultural do Rio de Janeiro (Correio da Manhã; Tribuna da Imprensa, 1953). Infere-se com essas notícias nos jornais que o CBEH estava empenhado na divulgação da língua e cultura espanholas, fortalecendo os laços culturais entre Brasil e Espanha. José Carlos Lisboa<sup>2</sup>, uma figura central na fundação da APES, desempenhava um papel significativo no CBEH. Lisboa, reconhecido por suas contribuições à literatura hispânica e sua atuação acadêmica, foi nomeado para a cadeira de História Contemporânea do Curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia em outubro de 1954 (Diário de Notícias, 16 de outubro de 1954).

Essas atividades evidenciam o empenho do CBEH em divulgar a cultura espanhola e fortalecer os laços culturais entre o Brasil e a Espanha, alinhando-se parcialmente às diretrizes políticas de integração cultural objetivadas pelo Ministério da Educação e o governo brasileiro. As políticas educacionais formuladas inicialmente para promover a integração cultural com os países hispano-americanos foram reinterpretadas na prática acadêmica, demonstrando um descompasso entre a intenção política e a prática dos educadores. Essa dinâmica pode ser compreendida à luz dos pressupostos teóricos de André Chervel e Stephen Ball. Chervel (1990) argumenta que a história das disciplinas escolares não se limita à transmissão de conhecimentos, mas envolve a formação de métodos e regras para o aprendizado, moldadas pelas práticas cotidianas dos educadores. A inclusão do espanhol no currículo escolar e a criação de associações e centros de estudos refletem um esforço conjunto para adaptar a educação às necessidades culturais e políticas do Brasil. As práticas cotidianas dos professores, como as atividades culturais promovidas pelo CBEH, desempenharam um papel crucial na consolidação do ensino de espanhol, evidenciando a importância das práticas educacionais na implementação e transformação das políticas educacionais.

Em 1952, a Universidade de Salamanca, através do Ministério das Relações

---

<sup>2</sup> José Carlos Lisboa (1902-1994) foi um destacado hispanista e educador brasileiro, cuja carreira foi marcada por sua dedicação ao ensino da língua e literatura espanhola. Começou a lecionar na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil em 1942 e fundou várias instituições culturais e acadêmicas, incluindo o Ateneu Garcia Lorca (1947) e o Centro de Estudos Hispânicos da Universidade do Brasil (1950). Em 1959, idealizou e presidiu a Associação Brasileira de Professores de Espanhol (APES), refletindo seu compromisso com a valorização do ensino do espanhol no Brasil. Lisboa também foi membro do Conselho Nacional de Cultura e recusou a cátedra na Universidad de Madrid em 1956 por razões políticas. Suas contribuições acadêmicas incluem dez publicações sobre cultura hispânica e sua influência perdurou principalmente no meio acadêmico brasileiro (Corbacho Quintela, 2009; Carvalho; Almeida, 2004).

Exteriores, anunciou a oferta de bolsas de estudo para professores brasileiros interessados em participar do Segundo Curso Superior de Filologia Hispânica. Esse curso seria realizado de 1º de fevereiro a 31 de maio daquele ano. As bolsas, com duração de quatro meses e no valor de 1.500 pesetas mensais, cobriam as despesas do curso, mas os interessados precisavam arcar com os custos das viagens de ida e volta. Os professores interessados deveriam procurar a Divisão Cultural do Itamarati, no Rio de Janeiro, para mais informações e inscrições (Correio Paulistano; Correio da Manhã, 1952).

A notícia veiculada em 1952 sobre as bolsas de estudo oferecidas pela Universidade de Salamanca para professores brasileiros ilustra os esforços internacionais para promover o ensino da língua espanhola no Brasil. Este tipo de iniciativa se alinha com os objetivos do Centro Brasileiro de Estudos Hispânicos (CBEH), que já estava em atuação durante esse período. O CBEH, sob a presidência de José Carlos Lisboa, visava promover a cultura espanhola e fortalecer a formação de professores de espanhol. A oferta de bolsas de estudo pela Espanha é um reflexo das diversas iniciativas que o país tomou durante a década de 1950 para difundir o ensino da língua espanhola no Brasil. Essas ações internacionais complementavam os esforços locais e destacavam a importância da formação de professores qualificados.

O apoio institucional da Universidade de Salamanca e do Ministério das Relações Exteriores do Brasil evidencia a relevância das colaborações internacionais na promoção do ensino de espanhol. Essas colaborações ajudavam a suprir a demanda por formação especializada, algo crucial para a consolidação do espanhol como disciplina relevante no sistema educacional brasileiro. Apesar da fundação da APES ainda estar por vir, o CBEH já desempenhava um papel significativo na integração cultural e na promoção do hispanismo.

Em São Paulo, a “Casa de Cervantes”, localizada na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, organizou o Curso de Férias de Filologia Hispânica, com duração de trinta dias, iniciado em 1 de fevereiro de 1957, ministrado pelo professor Julio Garcia Molejón da Universidade de Salamanca. Esse curso era destinado aos professores de espanhol do ensino secundário, alunos de faculdades e público em geral. (Correio Paulistano, 1957). Essa informação é significativa, pois demonstra a relação próxima da Espanha na vida educacional brasileira, mostrando uma reinterpretação da prática em relação aos objetivos propostos pelo MEC ao incluir a língua espanhola no ensino secundário.

A década de 1950 foi muito profícua em atividades culturais e cursos de espanhol no Rio de Janeiro, promovidos não apenas pelo CBEH, mas também por outras entidades privadas e órgãos públicos. Por outro lado, o governo tomou iniciativas, ofertando, através da Divisão de Educação Extra Escolar do MEC,

um curso História e Literatura Hispânica em 1958. Segundo a notícia publicada no jornal *Correio da Manhã*, a aula inaugural, realizada no auditório da Escola Nacional de Belas Artes, contou com a presença de mais de oitocentas pessoas, ultrapassando as expectativas dos organizadores. O reitor Pedro Calmon destacou que o sucesso do curso era uma prova da amizade e incentivo nas relações entre Brasil e Espanha. O embaixador Tomaz Suner, em seu discurso inicial, expressou profunda gratidão pelo interesse demonstrado, enfatizando a ânsia de intercâmbio e amizade entre os povos brasileiro e espanhol. Ele permaneceu para ouvir o início da aula (*Correio da Manhã*, 1958). A coordenadora do curso, Maria Barreto, declarou que, devido ao grande número de inscritos, novas soluções seriam estudadas para acomodar todos os alunos. As aulas do curso seriam ministradas todas as segundas, quartas e sextas, às 16 horas, no auditório da Escola Nacional de Belas Artes, com professores como José Carlos Lisboa, Leônidas Sabrino Pôrto, Emília Navarro e Mário San Juan (*Correio da Manhã*, 1958).

A primeira aula, ministrada pelo professor José Carlos Lisboa, teve como tema a “Introdução dos Estudos Hispânicos”. Lisboa ressaltou o grande interesse pelos estudos hispânicos, mencionando que “em todos os Estados do Brasil os estudos hispânicos estão sendo incentivados”. Ele lembrou a recente exposição sobre a obra do filólogo espanhol Don Ramon Menendez Pidal no Rio de Janeiro, que levou a Universidade do Brasil a conceder-lhe o título de doutor honoris causa e a organizar um Simpósio de Filologia Hispânica em sua homenagem. Lisboa também mencionou um Congresso de Filologia Hispânica em Porto Alegre, ao qual Don Ramon, devido à sua idade avançada, não pôde comparecer pessoalmente, sendo apenas representado (*Correio da Manhã*, 1958). As aulas do curso seriam ministradas todas as segundas, quartas e sextas, às 16 horas, no auditório da Escola Nacional de Belas Artes, com professores como José Carlos Lisboa, Leônidas Sabrino Pôrto, Emília Navarro e Mário San Juan

A coordenadora do curso, Maria Barreto, mencionou a necessidade de encontrar soluções para acomodar todos os alunos devido ao grande número de inscritos. Este ponto levanta questões importantes sobre os desafios logísticos e pedagógicos enfrentados na época. Com oitocentos alunos inscritos, organizar um curso que atendesse às necessidades de todos os participantes era uma tarefa complexa. Barreto destacou a impossibilidade de iniciar todos os alunos nos rudimentos da língua e na introdução literária de forma eficaz. A solução proposta foi a organização de novas turmas e a adaptação das aulas para melhor atender à demanda. (*Correio da Manhã*, 1958).

Outro ponto de destaque desse curso é a participação dos professores José Carlos Lisboa, Leônidas Sabrino Pôrto, Emília Navarro e Mário San Juan. A presença de Lisboa e outros professores indicados pelo Instituto Brasileiro de

Cultura Hispânica (IBCH) sugere uma colaboração estreita entre diferentes instituições para promover o ensino do espanhol. Além disso, a iniciativa governamental de promover cursos de espanhol reflete um esforço deliberado para fortalecer o ensino da língua, alinhando-se com as políticas educacionais da Reforma Capanema.

O professor Leônidas Sobrino Pôrto era formado em Letras Neolatinas e Mestre em Letras Neolatinas pela Faculdade Católica de Filosofia do Rio de Janeiro e Doutor em Letras pela Universidade de Madrid. Desde 1949, ele participava como convidado do Instituto de Cultura Hispânica de Madrid. Participou da instalação do Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica no Rio de Janeiro em 1956 e era professor do Colégio Pedro II. Emilia Navarro, por sua vez, era professora da Faculdade Católica de Filosofia do Rio de Janeiro e nasceu na Catalunha (Sobrino Porto, Sobrino Porto, Haggerty, 2024). Não temos informações sobre o professor Mário San Juan, mas sua inclusão no grupo de professores reflete a diversidade e a competência do corpo docente selecionado para o curso.

Esses eventos, com o envolvimento de órgãos ligados à Espanha, demonstram a influência crescente que a Espanha passou a ter na área do ensino do espanhol após a inclusão da língua no currículo do ensino secundário brasileiro. A indicação desses professores pelo IBCH reflete um esforço coordenado para garantir que o ensino do espanhol fosse conduzido por profissionais qualificados, capazes de transmitir o conhecimento linguístico e a cultural associada à língua espanhola. Este curso e a escolha dos professores demonstram um compromisso com a excelência educacional e a promoção de intercâmbios culturais entre o Brasil e a Espanha, reforçando os laços culturais e educacionais especificamente com este país europeu. A iniciativa ressalta o foco na cultura espanhola, evidenciando um direcionamento claro das políticas educacionais e culturais da época em fortalecer a relação bilateral entre o Brasil e a Espanha.

A Associação Brasileira de Professores de Espanhol (APES) foi fundada em abril de 1959 e representa um marco significativo nos esforços contínuos para a promoção do ensino de espanhol no Brasil. Este evento pode ser entendido como uma continuidade dos esforços incansáveis do professor José Carlos Lisboa e das pessoas envolvidas com o Centro Brasileiro de Estudos Hispânicos (CBEH) para expandir e consolidar o ensino do espanhol no Brasil. Este movimento foi uma resposta natural à série de iniciativas e eventos promovidos tanto pelo governo quanto por instituições ligadas à Espanha, que visavam fortalecer a presença da língua e da cultura espanhola no país. A APES, sob a liderança de Lisboa, nasceu com o objetivo principal de congregar e assistir técnica e culturalmente os professores de espanhol no Brasil (Diário de Notícias, 1959). A diretoria inicial era composta por José Carlos Lisboa como presidente, Emmanuel Pereira Filho

como vice-presidente, Hécio Martins como secretário-geral, Marlene de Castro Correia como tesoureira e Célia Teresinha Guidão da Veiga Oliveira como bibliotecária (Tribuna da Imprensa, 1959). O primeiro evento da APES foi a solenidade de posse da diretoria, realizada em maio do mesmo ano, marcando o início das atividades oficiais da associação.

Sem uma sede própria a APES usaria provisoriamente uma sala no prédio da FNFi, que ficava localizado na Avenida Presidente Antônio Carlos, 40, na Capital Federal. Em sua sede provisória seriam planejadas as ações para enfrentar os grandes desafios a superar. Desde sua fundação, a APES se comprometeu a promover cursos de aperfeiçoamento e especialização para professores de espanhol, além de incentivar a publicação de livros e revistas especializadas (Correio da Manhã, 1959).

O impacto inicial da APES foi imediato e significativo. A associação organizou seminários e eventos. Em julho de 1959, a associação organizou o I Seminário de Professores de Espanhol, na Faculdade Nacional de Filosofia, com o objetivo de revisar criticamente os programas de ensino do espanhol no nível médio e superior (Diário de Notícias; Tribuna da Imprensa, 1959). Este seminário ocorreu nos dias 13, 15, 17, 20, 22 e 24 de julho. Fruto desse debate foi elaborado um relatório sobre temas específicos. Os temas e seus relatores foram os seguintes: 1. As origens da poesia espanhola, José Carlos Lisboa; 2. A literatura (poesia) do século XVII, Celia Theresinha Guidão da Veiga Oliveira; 3. O teatro de Cervantes, Marlene de Castro Correia; 4. Didática da conjugação de verbos irregulares, Maria de Lourdes Cavalcânti Martini; 5. O século XVIII, Emanuel Pereira Filho; e 6. Instrumentos bibliográficos, Hécio Martins (Diário de Notícias, 1959; Tribuna da Imprensa, 1959; Correio da Manhã, 1959).

Não conseguimos informações sobre a duração das atividades da APES. É provável que a associação tenha se dissolvido na década de 1960 ou no início da década de 1970. Essa conclusão é baseada em notícias de jornais de 1974 que relatam uma reunião para discutir a situação das línguas estrangeiras nos currículos escolares após a Reforma do Ensino de 1971. Nessa reunião, participaram a Associação dos Professores de Inglês da Guanabara (APIEG) e a Associação dos Professores de Francês do Rio de Janeiro (APFRJ), e professores de espanhol foram convidados. Dado a importância desse evento para os professores de espanhol, a ausência da APES sugere que a associação já não existia nessa época.

No temos informações mais detalhadas da atuação da APES, mas como ela foi uma continuidade das atividades do CBEH, é provável que as atividades e aproximação durante a sua vigência tenha sido com muito mais vigor com a Espanha, reinterpretando as diretrizes governamentais e a política de integração cultural, evidenciando a dinâmica e a complexidade do ciclo de políticas educa-



cionais (Ball, 1994). A prática educativa, marcada por seminários, cursos e produção de material didático especializado, reflete uma negociação constante entre as intenções políticas e a aplicação concreta dessas políticas pelos educadores. A APES, ao promover uma educação focada na cultura espanhola, adaptou as diretrizes de integração cultural de maneira a atender às necessidades e interesses específicos dos professores de espanhol no Brasil.

A fundação da Associação Brasileira de Professores de Espanhol (APES) em 1959 marcou um ponto significativo no desenvolvimento do ensino do espanhol no Brasil, refletindo uma continuidade das atividades iniciadas pelo Centro Brasileiro de Estudos Hispânicos (CBEH). A APES, liderada por figuras como José Carlos Lisboa, destacou-se por suas ações voltadas para a formação de professores e a promoção da cultura espanhola, evidenciando uma prática educativa mais orientada para a Espanha do que para os países hispano-americanos, conforme originalmente proposto pelo governo brasileiro. Essa dinâmica reflete a complexidade do ciclo de políticas de Stephen Ball, onde as diretrizes governamentais de integração cultural foram reinterpretadas e adaptadas no campo prático pelos educadores e pelas instituições envolvidas. A atuação da APES, através de seminários, cursos de especialização e eventos culturais, demonstra a negociação constante entre as intenções políticas e a aplicação concreta das políticas educacionais, resultando em uma prática educativa que atendeu às necessidades e interesses específicos dos professores de espanhol no Brasil.

### **Considerações Finais**

A fundação da Associação Brasileira de Professores de Espanhol (APES) em 1959 representou um marco na trajetória do ensino do espanhol no Brasil. Surgindo em um contexto de crescente formação de associações de professores nas primeiras décadas do século XX, a APES deu continuidade às atividades do Centro Brasileiro de Estudos Hispânicos (CBEH), promovendo a cultura e a língua espanhola de maneira intensa e sistemática.

Apesar das diretrizes governamentais que visavam a integração cultural com os países hispano-americanos, a prática educativa, conforme evidenciado pelas ações da APES e do CBEH, mostrou uma reinterpretação dessas políticas com um foco mais acentuado na Espanha. Esta orientação prática revelou-se nas inúmeras atividades culturais e educativas promovidas pela APES, como seminários, cursos de aperfeiçoamento e a publicação de material didático especializado.

Utilizando o ciclo de políticas de Stephen Ball como lente de análise, foi possível observar a complexidade e a dinâmica da implementação das políticas educacionais. A APES, ao adaptar as diretrizes de integração cultural do gover-

no, mostrou como a prática educativa pode refletir uma negociação constante entre as intenções políticas e as realidades locais. A reinterpretção das políticas educacionais no campo prático pela APES e pelo CBEH evidenciou a flexibilidade e a adaptabilidade das instituições educacionais em responder às necessidades específicas dos professores de espanhol no Brasil.

Ainda que não tenhamos informações sobre até quando a atuação da APES se estendeu ou sobre quando a associação encerrou suas atividades, é evidente que seu impacto inicial foi significativo e contribuiu de forma substancial para o fortalecimento do ensino de espanhol no país. Nossa intenção com este artigo é contribuir para a memória do ensino de espanhol no Brasil, destacando a importância da APES nesse processo.

Esperamos que futuras pesquisas possam aprofundar este tema, explorando em maior detalhe a trajetória da APES e suas contribuições para a educação linguística no Brasil. Ao iluminar aspectos menos conhecidos da história do ensino de espanhol, desejamos fomentar um maior reconhecimento e valorização dos esforços realizados por educadores e associações ao longo dos anos.

### Referências

- A MANHÃ. Curso de Férias no Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro, 17 jan 1951. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 06 jul 2024.
- BALL, Stephen J. *Educacion Reform: a critical and post structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.
- BARROS, Cristiano Silva de; MARINS-COSTA, Elzimar Goettenauer de; FREITAS, Luciana Maria Almeida de (org.). *O Livro Didático de Espanhol na Escola Brasileira*. Campinas, SP: Pontes Editora, 2018.
- BRASIL. *Exposição de Motivos*. Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/19401949/decretolei42449abril1942414155133712pe>.
- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Portaria Ministerial 127 de 3 de fev. de 1943. Resolve expedir e determinar que se execute o programa de espanhol, que se anexa a presente portaria ministerial, dos cursos clássico e científico do ensino secundário. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, DF, 5 de fev. de 1943. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 10 out. 2013.
- CARVALHO, Abigail de Oliveira; ALMEIDA, Guy de. (Org.). *José Carlos Lisboa: o mestre, o homem*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Tradução de Guaracira Lopes Louro. *Teoria & educação*. Porto Alegre, 1990. nr. 2. p. 177-229.
- CORBACHO QUINTELA, Antón. *A aculturação e os galegos do Brasil: O vazio galeguista*. 2009. Tese (Doutorado em Filologia). Faculdade de Filologia, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2009.
- CORREIO DA MANHÃ. Conferências e Cursos. Rio de Janeiro, 15 abr 1952. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 21 mar 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Bolsas de Estudos para Professores de Espanhol. Rio de Janeiro, 09 jan 1952. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 21 mar 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Centro Brasileiro de Estudos Hispânicos. Rio de Janeiro, 08 nov 1953. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 21 mar 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Literatura Espanhola: êxito do curso é devido à amizade hispano-brasileira. Rio de Janeiro, 05 set 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 21 mar 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Fundada a Associação dos Professores de Espanhol. Rio de Janeiro, 08 mai 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 mar 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Seminário de Professores de Espanhol terminou ontem. Rio de Janeiro, 26 jul 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 21 mar 2022.

CORREIO PAULISTANO. Bolsas de Estudos para Professores de Espanhol. São Paulo, 30 jan 1952. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 21 mar 2022.

CORREIO PAULISTANO. Acham-se Abertas... São Paulo, 16 jan 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 21 mar 2022.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Ainda a Reforma do Ensino. Rio de Janeiro, 07 mar 1943. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 06 jul 2024.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Conferências. Rio de Janeiro, 16 abr 1952. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 21 mar 2022.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Nomeado o sr. Carlos Lisboa para a Cadeira de História Contemporânea do Curso de Jornalismo. Rio de Janeiro, 16 out 1954. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 21 mar 2022.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. APES: "Por um Conhecimento Maior da América Espanhola". Rio de Janeiro, 24 mai 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 21 mar 2022.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Professores de espanhol fundam sua Associação. Rio de Janeiro, 07 mai 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 mar 2022.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Professores de Espanhol Reunidos em Seminário. Rio de Janeiro, 10 jul 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 21 mar 2022.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Professores Debaterão Programas de Espanhol. Rio de Janeiro, 01 jul 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 21 mar 2022.

FREITAS, Luciana Maria Almeida de. *Da fábrica à sala de aula: vozes e práticas tayloristas no trabalho do professor de espanhol em cursos de línguas*. 2010. 311 f. Tese (Doutorado em Letras Neolatinas), Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

FREITAS, Luciana Maria Almeida de. Entre lembranças e esquecimentos: relato memorístico sobre o ensino de Espanhol no Rio de Janeiro. *Hispanista* (Edición Española), v. 46, p. 348, 2011. Disponível em: <http://www.hispanista.com.br/artigos%20autores%20e%20pdfs/348.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2016.

GUIMARÃES, Anselmo. *Panaméricas Utópicas: a institucionalização do ensino de espanhol no Brasil (1870-1961)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2016.

GUIMARÃES, Anselmo. *Livros Didáticos de Espanhol: trajetória, prescrições legais e ensino (1920-1961)*. Curitiba: Appris, 2019.

NASCENTES, Antenor. *Discurso Proferido em 23 de Setembro de 1952 no Salão Nobre do Externato do Colégio Pedro II Por Ocasão do Recebimento do Título de Professor Emérito*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1952.

ORTIZ ALVAREZ, Maria Luisa. A des(valorização) do ensino do Espanhol no Brasil. In: MIRANDA, Cícero (Org.). *La lengua española en Brasil: enseñanza, formación de profesores y resistencia*. Brasília, DF: Consejería de Educación da Embaixada, 2018.

PARAQUETT, Márcia. Por que formar professores de espanhol no Brasil? *Hispanista – Revista eletrônica de los Hispanistas de Brasil*, v. IX, n. 35, p. 1-11, out.-dez. 2008.

PARAQUETT, Márcia. O papel que cumprimos os professores de espanhol como língua estrangeira (E/LE) no Brasil. *Caderno de Letras da UFF – Dossiê: Diálogos Interamericanos*, n. 38, p. 123-137, 2009.

PINHO, José Ricardo Dordron de (Org.). *História do ensino de Espanhol no Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro: Imperial Editora, 2021.

PINTO, Carlos Felipe. Breve Panorama da Gramática no Ensino e na Pesquisa da Língua Espanhola no Brasil. *Revista abehache, [S. l.]*, n. 24, 2023. Disponível em: <https://revistaabehache.com/ojs/index.php/abehache/article/view/475>. Acesso em: 06 jul. 2024. p. 162-192.

RÊSES, Erlando da Silva. *De Vocação para Profissão: organização sindical docente e identidade social do professor*. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SOBRINO PORTO, Elisa; SOBRINO PORTO, Renata; HAGGERTY, Caroline Elisa. *Leônidas Sobrino Porto Uma Fotobiografia*. Disponível em: <https://professorleonidas.com>. Acesso em: 12 jul. 2024.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Nova Diretoria do Centro Brasileiro de Estudos Hispânicos. Rio de Janeiro, 16 nov 1953. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 21 mar 2022.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Professôres de espanhol debatem. Rio de Janeiro, 08 jul 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 21 mar 2022.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Professôres de espanhol fundam sua Associação. Rio de Janeiro, 06 mai 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 mar 2022.

VARGENS, Dayala Paiva de Medeiros. *Uma história de politização do ensino de espanhol: Associação de Professores de Espanhol do Estado do Rio de Janeiro*. 2012. Tese (Doutorado em Letras Neolatinas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

